JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.08.30 05:54:28 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 30 de agosto de 2023 • Nº 1634 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

FORNECIMENTO DE ÁGUA

RJ fecha empresa que jogou espuma no Guandu

O Governo do Rio de Janeiro embargou ontem a empresa apontada como responsável pelo lançamento da espuma que causou a interrupção no fornecimento de água na região metropolitana. De acordo com o governo, a Burn Indústria e Comércio, do Parque Industrial de Queimados (RJ), foi a responsável pelo despejo do surfactante usado na produção de detergentes. A empresa tem vínculos com a marca Limppano. A reportagem enviou e-mail para a assessoria da Limppano, mas não obteve resposta até a publicação deste texto. Segundo o vice-governador Thiago Pampolha, também secretário de Meio Ambiente, a empresa nem sequer tinha autorização para lançar resíduos no rio Queimados, afluente do Guandu, origem da água que abastece maior parte da região metropolitana. PÁGINA 3

GOLPE EM TURISTAS

123Milhas: recuperação judicial cheira a calote geral

A 123milhas, plataforma de turismo, entrou com pedido de recuperação judicial, ontem, na 1ª Vara Empresarial de Belo Horizonte. Na ação, a empresa declara dívidas de R$ 2,308 bilhões. Se um pedido de recuperação judicial é aceito, a companhia consegue evitar a cobrança de dívidas e ganha tempo para organizar um plano de pagamento. A empresa pede a suspensão pelo prazo de 180 dias de ações de credores e consumidores que tenham ido à Justiça após a interrupção de serviços. Nesta segunda-feira passada, a 123milhas anunciou uma reestruturação, com corte de pessoal. O número de demissões não foi informado, mas a Folha apurou que são cerca de 200 desligados. A empresa suspendeu ainda o site HotMilhas, de venda e compra de milhas aéreas. O pedido de recuperação judicial é assinado por advogados dos escritórios TWK e Bernardo Bicalho. A ação abrange também a HotMilhas e a holding Novum, dona da 123milhas. PÁGINA 2

GASTOS PÚBLICOS

Haddad confirma que Orçamento vai prever 'déficit zero' em 2024

VALTER CAMPANATO/ABRASIL

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) (**foto**) afirmou ontem que o PLOA (projeto de Lei Orçamentária Anual) que será enviado ao Congresso Nacional vai mesmo prever déficit primário zero para as contas públicas em 2024. "O Orçamento vai equilibrado, nem teria tempo de mudar o Orçamento, que está pronto há mais de 15 dias. No dia 31 (quinta-feira), a gente apresenta os parâmetros, os dados e as medidas fiscais já fechados com o Planejamento", disse. "Equilibrado significa que as receitas primárias são iguais às despesas primárias", afirmou. Conforme mostrou a Folha, zerar o déficit já no ano que vem é uma meta considerada ambiciosa por economistas e vista com ceticismo até por membros do próprio governo, incluindo ministros, técnicos e congressistas. PÁGINA 2

STF

SP terá de explicar nome de 'ditador' em viaduto

PÁGINA 4

CNC

Confiança do comércio cresce 0,3% em agosto

Os comerciantes brasileiros ficaram ligeiramente mais otimistas em agosto, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) aumentou 0,3% em relação a julho, na série com ajuste sazonal, interrompendo uma sequência de três meses de quedas. O indicador alcançou 110,6 pontos em agosto, na zona de satisfação, embora esteja em patamar 10,8% inferior ao registrado em agosto de 2022. PÁGINA 2

JUSTIÇA

Lula indica advogada do DF para vaga no STJ

PÁGINA 4

REPÚDIO AO CENTRÃO

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Ministro diz ter apoio de Lula e nega divisão de pasta do Bolsa Família

Na mira dos partidos do centrão, que cobiçam o comando do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, o ministro Wellington Dias (**foto**) disse à Folha de S.Paulo que tem apoio do presidente Lula (PT) para seguir no cargo e que a pasta não será fatiada. "Eu me sinto apoiado pelo presidente para cumprir as metas que ele estabeleceu com o povo", afirmou Dias. Lula negocia uma reforma ministerial para selar o embarque de PP e Republicanos no primeiro escalão do governo, na expectativa de consolidar uma base de apoio no Congresso. PÁGINA 4

INDICADORES

IBOVESPA: 1,1% / 118.403,61 / 1.282,63 / Volume: R$ 20.209.698.536 / Negócios: 3.528.892

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
MARFRIG ON ES NM	7.49	+11.29	+0.76
CVC BRASIL ON NM	2.21	+0.45	+0.01
LOCAWEB ON NM	7.09	+4.42	+0.30
IRBBRASIL REON NM	47.51	+4.07	+1.86
SANTANDER BRUNT	27.32	+0.55	+0.15

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
MINERVA ON NM	9.16	–15.96	–1.74
P.ACUCAR-CBDON EC NM	5.52	+0.36	+0.02
PETZ ON NM	5.39	0.00	0.00
PETRORIO ON NM	45.85	–1.80	–0.84
VIA ON NM	1.44	–0.69	–0.01

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	63.38	+0.67	+0.42
PETROBRAS PN EDJ N2	32.40	+0.22	+0.07
ITAUUNIBANCOPN N1	28.00	+0.83	+0.23
MINERVA ON NM	9.16	–15.96	–1.74
B3 ON NM	13.64	+0.81	+0.11

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	34.852,67	+0,85
NASDAQ Composite	13.943,756	+1,74
Euro STOXX 50	4.327,72	+0,81
CAC 40	7.373,43	+0,67
FTSE 100	7.464,99	+1,72
DAX 30	15.930,88	+0,88

Salário mínimo	R$ 1.320,00	**IGP-M**	-0,72% (jul.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA**	0,12% (jul.)	Compra: 5,3282	Venda: 5,5082
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(02/08)	13,25%	(02/08)	13,15%	Compra: 4,8706	-0,47%
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(29/08)	0,7171%	BM&F/grama	R$ 306,55	Compra: 4,8530	Venda: 4,8536
TR		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(29/08)	0,1529%	Compra: 5,2826	Venda: 5,2832	Compra: 4,8684	Venda: 5,0484

Economia

MERCADOS

Bolsa tem forte alta e dólar cai com alívio sobre juros nos EUA

MARCELO AZEVEDO/FOLHAPRESS

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) registrou mais uma forte alta e recuperou os 118 mil pontos ontem, enquanto o dólar caiu aos R$ 4,85, após a divulgação de dados de emprego nos Estados Unidos, que vieram mais fracos que o esperado.

A sinalização de desaquecimento do mercado de trabalho americano endossou apostas de que a escalada de juros nos EUA está próxima do fim, trazendo otimismo ao mercado. Nesse cenário, a Bolsa brasileira teve apoio dos índices do exterior, que fecharam em alta, e o dólar recuou ante o real e outras divisas.

Com isso, o Ibovespa (Índice Bovespa) fechou em alta de 1,09%, aos 118.403 pontos, enquanto o dólar caiu 0,44%, terminando o dia cotado a R$ 4,853.

Em Nova York, o S&P 500, o Dow Jones e o Nasdaq subiram 1,45%, 0,85% e 1,74%, respectivamente.

A Bolsa operou em alta impulsionada pelas ações da Vale, que subiram 3,27%.

Bradesco, Itaú e Banco do Brasil subiram 1,11%, 1,65% e 0,45%, respectivamente, e o índice que reúne empresas do setor teve alta de 1,13%.

A líder de ganhos da sessão foi a Marfrig, com alta de 10,25% após ter fechado um acordo de R$ 7,5 bilhões para vender instalações de abate de bovinos e ovinos à Minerva, que, por outro lado, encabeçou a lista de maiores perdas do pregão, registrado forte queda de 18,17%.

Nos mercados futuros, as curvas registraram baixa significativa e colaboraram para o bom desempenho do Ibovespa. Os contratos com vencimento em janeiro de 2025 saíam de 10,52% para 10,46%, enquanto os para 2027 iam de 10,21% para 10,11%.

GASTOS PÚBLICOS

Haddad: Orçamento vai prever déficit zero em 2024

NATHALIA GARCIA/FOLHAPRESS

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou ontem que o PLOA (projeto de Lei Orçamentária Anual) que será enviado ao Congresso Nacional vai mesmo prever déficit primário zero para as contas públicas em 2024.

"O Orçamento vai equilibrado, nem teria tempo de mudar o Orçamento, que está pronto há mais de 15 dias. No dia 31 (quinta-feira), a gente apresenta os parâmetros, os dados e as medidas fiscais já fechados com o Planejamento", disse. "Equilibrado significa que as receitas primárias são iguais às despesas primárias", afirmou.

Conforme mostrou a Folha, zerar o déficit já no ano que vem é uma meta considerada ambiciosa por economistas e vista com ceticismo até por membros do próprio governo, incluindo ministros, técnicos e congressistas.

Um dos alertas, segundo relatos, veio da própria ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento).

Em reunião recente, com a presença de Haddad e dos ministros Rui Costa (Casa Civil) e Esther Dweck (Gestão), ela enfatizou os obstáculos de se conseguir a aprovação de tantas medidas para ampliar a arrecadação - a própria Fazenda estima uma necessidade de cerca de R$ 130 bilhões em recursos extras para fechar a conta.

Na ocasião, Tebet chegou a argumentar que uma meta de déficit de 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto) seria mais crível. O próprio mercado projeta um resultado negativo de 0,75% do PIB para o ano que vem, segundo o Boletim Focus, do Banco Central.

Considerando a margem de tolerância de 0,25 ponto percentual criada pelo novo arcabouço, o governo estaria cumprindo seu objetivo para o ano que vem, caso a ideia de Tebet tivesse prevalecido.

Haddad afirmou ontem que a peça orçamentária foi fechada antes da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao continente africano. O chefe do Executivo embarcou no último dia 20 rumo à África do Sul, onde ocorreu a Cúpula do Brics.

"O Orçamento está fechado, e não está fechado [desde] ontem. Foi fechado com o presidente (Lula) antes da viagem para a África, fechamos na mesa dele. Não tem nem como mudar em dois dias a peça orçamentária", reforçou Haddad.

O PLOA tem de ser enviado pelo Executivo ao Congresso até a próxima quinta-feira.

Na visão dos céticos, esse alvo poderia estar na mira para 2025, por exemplo, o que daria espaço para o governo fazer um ritmo de ajuste mais gradual das contas públicas, sem gerar desgastes desnecessários.

Em entrevista à Folha, no início do mês, o próprio relator do PLDO de 2024, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), disse que o governo dificilmente escapará de uma mudança na meta fiscal de 2024. "Inevitavelmente o governo vai ter que mexer na meta", afirmou.

Conforme relatório divulgado pelo Tesouro Nacional, o governo precisará arrecadar R$ 162,4 bilhões adicionais no ano que vem para assegurar o cumprimento do objetivo de zerar o déficit.

As estimativas do documento já levavam em consideração as regras do arcabouço fiscal, aprovado no dia 22 de agosto na Câmara dos Deputados.

O novo marco fiscal prevê crescimento do limite de despesas pela inflação mais um percentual real atrelado ao comportamento das receitas - que pode variar de 0,6% a 2,5% ao ano. O novo regime obriga o governo a seguir metas de resultado primário, observadas a partir da diferença entre receitas e despesas.

Para cumprir as metas fiscais já sinalizadas, o governo dependerá do Congresso Nacional para uma aprovação de uma série de medidas para elevar a arrecadação de receitas, como a proposta que muda regras do Carf (Conselho de Administração de Recursos Fiscais).

Na segunda-feira passada, o presidente Lula assinou uma medida provisória para taxar rendimentos de fundos exclusivos dos chamados super-ricos e enviou um projeto de lei para tributar offshores -empresas abertas fora do país de residência, geralmente em paraísos fiscais, onde a tributação é reduzida ou nula, como as Ilhas Cayman.

ESTRADAS

Concessões de rodovias serão revistas a partir de 1º de setembro

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

Os contratos de concessão de rodovias federais serão revistos e poderão ser renovados sem a necessidade de licitação, mas terão novas regras determinadas por portaria do Ministério dos Transportes, publicada ontem no Diário Oficial da União. A medida, que entra em vigor a partir de 1º de setembro, prevê avaliações das concessões com base na defesa do interesse público, na aplicação de preços baixos e na execução de investimentos em curto prazo.

Segundo o ministro dos Transportes, Renan Filho, a nova política pública foi baseada em decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que permite a renegociação de contratos, sem necessidade de relicitação de ativos. Dessa forma, investimentos que estavam parados, por problemas de adequação financeira, poderão ser remodelados, por meio de termo aditivo.

A renovação dos chamados contratos estressados foram condicionados à medidas como a renúncia de processos judiciais, a antecipação de cronograma e garantia de execução das obras, além da modernização das cláusulas de acordo com as atuais políticas públicas e regras objetivas para eventual descumprimento.

Com a mudança, o Ministério dos Transportes projeta investimentos de R$ 40 bilhões nos setores ferroviário e rodoviário, até o fim da gestão do atual governo.

GOLPE EM TURISTAS

123Milhas pede recuperação judicial e alega dívidas de R$ 2,3 bi

DANIELE MADUREIRA/FOLHAPRESS

A 123milhas, plataforma de turismo, entrou com pedido de recuperação judicial, ontem, na 1ª Vara Empresarial de Belo Horizonte. Na ação, a empresa declara dívidas de R$ 2,308 bilhões.

Se um pedido de recuperação judicial é aceito, a companhia consegue evitar a cobrança de dívidas e ganha tempo para organizar um plano de pagamento. A empresa pede a suspensão pelo prazo de 180 dias de ações de credores e consumidores que tenham ido à Justiça após a interrupção de serviços.

Nesta segunda-feira passada, a 123milhas anunciou uma reestruturação, com corte de pessoal. O número de demissões não foi informado, mas a Folha apurou que são cerca de 200 desligados. A empresa suspendeu ainda o site HotMilhas, de venda e compra de milhas aéreas.

O pedido de recuperação judicial é assinado por advogados dos escritórios TWK e Bernardo Bicalho. A ação abrange também a HotMilhas e a holding Novum, dona da 123milhas.

Entre as justificativas apresentadas pela companhia, a defesa capitaneada pelo advogado Joel Luís Thomaz Bastos destaca os postos de trabalho gerados pelas duas empresas -427, no total-, além de "centenas de empregos indiretos".

Na petição, os advogados afirmam que a empresa não tem conseguido honrar com a entrega dos pacotes promocionais - que envolvem passagens e estadias sem data definida. O plano Promo123 foi suspenso no dia 18 de agosto.

De acordo com dados da 123milhas listados na petição inicial, o produto corresponde a apenas 5% do total de clientes, que somam, no total, 5 milhões ao ano. Segundo a companhia, para ser viável, o produto deveria ter participação maior nos negócios.

RECLAMAÇÕES

A empresa bateu o recorde de reclamações no site Reclame Aqui. Até o último domingo passado, foram 42.246 queixas - mais do que a empresa observou em todo o ano de 2021 (36.085).

O pico de queixas contra a 123milhas ocorreu em 19 de agosto, um dia depois do anúncio de suspensão das vendas, quando a empresa registrou 3.415 reclamações no site. Até então, a 123milhas estava muito bem avaliada junto ao Reclame Aqui, com alto índice de respostas e resolução de problemas. Agora, a reputação da empresa aparece "sob análise" no site.

GOIÁS

Grupo Caoa anuncia investimento de R$ 3 bi

EDUARDO SODRÉ/FOLHAPRESS

O grupo Caoa iniciou um novo ciclo de investimentos em Anápolis (GO). O anúncio feito ontem prevê o aporte de R$ 3 bilhões ao longo dos próximos cinco anos e a contratação de 800 funcionários.

O foco está no aumento de 150% da capacidade de produção do SUV Tiggo 5X, além de manutenção das ações de marketing e de pós-vendas realizadas pela montadora. Também está prevista a ampliação da rede de concessionárias dedicada à comercialização dos carros de origem chinesa.

O projeto deve consolidar os carros híbridos e elétricos da marca Caoa Chery, tanto os que são produzidos em Goiás como os importados da China. É o segundo aporte seguido na planta de Anápolis. O investimento anterior havia ocorrido em novembro de 2020, quando a montadora anunciou um aporte de R$ 1,5 bilhão.

Não há, contudo, nenhum plano para a fábrica de Jacareí (interior de São Paulo).

Em maio de 2022, a montadora anunciou que iria interromper a produção na cidade paulista. A princípio seria uma paralisação temporária, mas não houve nenhuma previsão de retorno. A empresa confirma que a situação não mudou, e a unidade permanece fechada.

CNC

Confiança do comércio cresce 0,3% em agosto após 3 meses de quedas

DANIELA AMORIM/AESTADO

Os comerciantes brasileiros ficaram ligeiramente mais otimistas em agosto, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) aumentou 0,3% em relação a julho, na série com ajuste sazonal, interrompendo uma sequência de três meses de quedas.

O indicador alcançou 110,6 pontos em agosto, na zona de satisfação, embora esteja em patamar 10,8% inferior ao registrado em agosto de 2022. De acordo com a CNC, o aumento da inadimplência empresarial preocupa o varejo.

"Segundo dados do Banco Central, houve um crescimento acelerado da inadimplência acima de 90 dias no crédito com recursos livres entre as pessoas jurídicas desde a segunda metade de 2022. Aproximadamente 3,3% do crédito destinado às empresas está em situação de inadimplência há mais de três meses, o maior porcentual desde agosto de 2018", ressaltou a entidade.

A CNC lembrou que o Icec de agosto trouxe perdas nos componentes que avaliam a situação da empresa tanto em relação ao mês anterior quanto na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

"As condições de operação no varejo estão mais restritas, sobretudo nos segmentos mais dependentes de vendas a prazo e com alta alavancagem empresarial", justificou Izis Ferreira, economista responsável pela pesquisa da CNC, em nota oficial.

Na passagem de julho para agosto, a avaliação das condições atuais cresceu 1,0%, para 87,4 pontos, com melhora nos quesitos economia (alta de 3,4%, para 74,6 pontos) e setor (0,4%, para 83,1 pontos), mas ligeira queda para o quesito empresa (-0,1%, para 104,4 pontos).

Quanto às expectativas, houve redução de 0,2% em agosto ante julho, para 141,7 pontos, com recuos nos quesitos economia (-0,3%, para 131,1 pontos) e empresa (-0,7%, para 152,3 pontos), mas melhora na perspectiva para o setor (alta de 0,6%, para 141,6 pontos). Já as intenções de investimentos cresceram 0,2% em agosto ante julho, para 102,9 pontos, com expansão na intenção de contratação de funcionários (0,7%, para 119,3 pontos) e em estoques (0,3%, para 91,5 pontos), mas queda na empresa (-0,3%, para 97,8 pontos).

O aumento na intenção de contratações de funcionários em agosto pode ser atribuído "à aproximação de datas relevantes do calendário de vendas no varejo neste segundo semestre, ao alívio da renda vindo da inflação mais baixa e da resiliência do mercado de trabalho", avaliou a economista Izis Ferreira.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

FORNECIMENTO DE ÁGUA

Empresa acusada por jogar espuma no Guandu é fechada

O Governo do Rio de Janeiro embargou ontem a empresa apontada como responsável pelo lançamento da espuma que causou a interrupção no fornecimento de água na região metropolitana.

De acordo com o governo, a Burn Indústria e Comércio, do Parque Industrial de Queimados (RJ), foi a responsável pelo despejo do surfactante usado na produção de detergentes. A empresa tem vínculos com a marca Limppano.

A Folha ligou para os números vinculados à Burn, mas ninguém atendeu. A reportagem enviou e-mail para a assessoria da Limppano, mas não obteve resposta até a publicação deste texto.

Segundo o vice-governador Thiago Pampolha (União), também secretário de Meio Ambiente, a empresa nem sequer tinha autorização para lançar resíduos no rio Queimados, afluente do Guandu, origem da água que abastece maior parte da região metropolitana. O despejo irregular ocorreu, ainda segundo o governo, por meio de galeria pluvial, construída para escoar água da chuva.

"Não excluímos outras contribuições (de origem de outras empresas). Mas sem dúvida houve falta de perícia e desconformidade com os parâmetros ambientais pela Burn. Não admitiremos que esse crime fique impune", disse Pampolha.

A Polícia Civil também conduz uma investigação criminal a fim de apontar os responsáveis pelo despejo. Os sócios e diretores da empresa foram intimados a depor.

A espuma provocou a interrupção da produção de água por 14 horas na segunda-feira passada na Estação de Tratamento de Água do Guandu.

O sistema só voltou a funcionar em plena capacidade às 4h17 desta terça. A normalização do abastecimento em regiões mais altas ou afastadas da estação deve ocorrer somente amanhã.

O sistema atende a 80% da capital e da Baixada Fluminense, e mais de 11 milhões de pessoas foram afetadas pelo corte no serviço.

O fornecimento ficou interrompido das 5h às 19h30 de segunda, quando análises laboratoriais indicaram a ausência de risco na qualidade da água.

Além da capital, foram atingidos pelo desabastecimento os municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo e Queimados.

EX-DEPUTADA

TJRJ nega pedido para soltar Flordelis

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Por unanimidade, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) negou o pedido de habeas corpus impetrado pela ex-deputada federal Flordelis, condenada em novembro do ano passado a 50 anos e 28 dias de prisão por ter ordenado o homicídio do marido, o pastor Anderson do Carmo.

O crime ocorreu em junho de 2019, na casa da família, em Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro. Anderson foi morto com vários tiros quando chegava em casa de carro, na madrugada de 16 de junho, acompanhado de Flordelis.

A ex-deputada desceu do carro e entrou em casa. Quando estacionava o carro, Anderson foi atingido por mais de dez tiros e morreu na hora.

A condenação ocorreu no dia 13 de novembro do ano passado. O Tribunal do Juri de Niterói considerou a ex-deputada culpada pelo homicídio triplamente qualificado, com os agravantes de motivo torpe, emprego de meio cruel e recurso que impossibilitou a defesa da vítima.

O relator do habeas corpus foi o desembargador Peterson Barroso Simão. No seu voto, o magistrado considerou que não houve excesso de prazo na tramitação do caso, como argumentou a defesa de Flordelis. O desembargador ressaltou "que qualquer demora se deu devido à complexidade do caso, à grande quantidade de réus, e aos incidentes processuais causados pela defesa de um dos co-réus".

O desembargador sustentou ainda, em seu voto, que a manutenção da prisão preventiva é justificada, especialmente após a sessão plenária do Tribunal do Júri, em novembro de 2021, que atestou a condenação de Flordelis.

Ele destacou "que a decisão que manteve os condenados presos foi devidamente fundamentada com base na periculosidade da ré e na necessidade de garantir a ordem pública".

MRS LOGÍSTICA S/A
CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565
Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração da MRS LOGÍSTICA S/A realizada às 10 horas do dia 10 de agosto de 2023. **Local:** na sede social da Companhia localizada na Praia de Botafogo 228, sala 707, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. **Presença:** com a presença da totalidade dos seus membros, a saber: Alejandro Daniel Laiño, Carlos Hector Rezzonico, João Mario Lourenço Filho, Luis Fernando Barbosa Martinez, Marcelo Cunha Ribeiro, Marcelo Leite Barros, Marco Aurélio Brito Braga, Murilo Muller, Wendel Gomes da Silva, Julio Rosa Baptista. **Mesa:** Marcelo Leite Barros, Presidente. **Deliberações:** I - O Conselho aprovou, por unanimidade, o relatório das informações trimestrais da Companhia levantadas em 30 de junho de 2023, o qual foi objeto de relatório de revisão especial pelos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmastsu Auditores Independentes Ltda. Certidão da JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Nome: MRS Logística S/A – Nire: 33.3.0016356-5 – Protocolo: 00-2023/664426-2 – 25/08/2023. Certifico o arquivamento em 28/08/2023 e o registro sob o número: 00005656062 – Data: 28/08/2023. Jorge Paulo Magdaleno Filho – Secretário Geral.

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL - 1º Leilão: 12/09/2023 às 15:00 (Horário de Brasília) - 2º Leilão: 22/09/2023 às 15:01 (Horário de Brasília)

Ana Cláudia Camargo de Oliveira, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 1129, com escritório na Avenida Andrômeda, 885, salas 1401 e 1402, Edifício Brascan, Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP 06473-000, faz saber a todos quanto o presente **edital** virem ou dele conhecimento tiver, que levará **a Público Leilão** de modo **On-Line Extrajudicial**, nos termos da forma da Lei **n.** 9.514, de 20 de novembro de 1997, artigo 27 e parágrafos, devidamente autorizada pela comitente **Virgo Companhia De Securitização**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.769.451/0001-08, nos termos do Instrumento Particular, na forma do art. 38, da Lei 9.514, de 20 de novembro de 1997, firmado com o devedor fiduciante André Luiz de Figueiredo Villar, inscrita no CPF/MF sob nº 014.453.447-93, em **Primeiro Leilão: 12/09/2023 às 15:00** (horário de Brasília), oportunidade em que o bem será vendido pelo valor lance mínimo igual ou superior de **R$ 203.000,00** (duzentos e três mil reais), correspondente ao valor de avaliação em 10/2021, não havendo licitantes, seguirá sem interrupção para o **Segundo Leilão:** em **22/09/2023 às 15:01** (horário de Brasília), com encerramento em **03/10/2023 às 15:00** (horário de Brasília), e lance mínimo de **R$ 108.450,56** (cento e oito mil, quatrocentos e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos) (valores sujeitos a atualizações, conforme disposições contratuais), o imóvel constituído por: "**Um apartamento** no Condomínio Village dos Ipês no Rio de Janeiro/RJ, assim descrito na **Matrícula Nº 95.593 do 9º Cartório de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro - RJ**: O terreno mede 36,50m de frente, parte em curva externa subordinada a um raio de 47,00m; nos fundos mede 33,60m mais 33,60m configurando um angulo obtuso externo; a direita mede 70,00m mais 34,40m (no mesmo rumo da linha de fundo do lote 1); 67,50m a esquerda, sendo o lote 2, na 2ª medição da lateral direita, atingindo por faixa non aedificandi com 2,00m de largura, confronta a direita com o predio nº 305 da rua Ministro Gabriel de Piza no lote 1 do PA 38.429, e com os predios nºs 101 e 102 da rua São Boneto, a esquerda com terreno do nº 339 da rua Ministro Gabriel de Piza, e nos fundos com os predios nºs 44, 88 e 128 da rua Waldemar Loureiro." Imóvel ocupado. Venda em caráter ad corpus, ou seja, no estado de conservação em que se encontra. Os interessados em participar do leilão, deverão se cadastrar no portal www.atrioleiloes.com.br, encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Pagamento à vista. Comissão devida à leiloeira: 5% (cinco por cento) do valor da arrematação. Observação: gravames e demais ônus e condições, veja a íntegra deste edital no site www.atrioleiloes.com.br. Informações pelo telefone (11) 97363-9856 ou e-mail contato@atrioleiloes.com.br.

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA

AVISO DE LICITAÇÃO

A COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA - CENTRAL, torna público a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, que será realizada no Portal de Compras do Governo do Estado do Rio de Janeiro (www.compras.rj.gov.br), conforme abaixo:

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO.
NÚMERO: PE-003/CENTRAL/2023.
TIPO: Menor Preço global.
OBJETO: Contratação de serviços prestação de serviços de bondes elétricos de transporte de passageiros no Sistema de Bondes de Santa Teresa/RJ, por meio de disponibilização de mão de obra qualificada, conforme as especificações contidas no Edital; Termo de Referência - Anexo I do Edital e o Formulário de Proposta de Preços - Anexo II do Edital, que embora não transcritos fazem parte integrante deste instrumento, com total submissão ao Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CENTRAL, à Lei Federal nº 13.303/2016, e ao Termo de Referência.
DATA DA ETAPA DE LANCES: 25/09/2023 **HORÁRIO:** 14:00 horas
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.compras.rj.gov.br
PROCESSO Nº SEI-100006/001021/2023.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras do Governo do Estado do Rio de Janeiro (www.compras.rj.gov.br) e no endereço eletrônico da Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística-CENTRAL - www.central.rj.gov.br/Licitação

CARMO ENERGY

CARMO ENERGY S.A.

CNPJ: 41.955.491/0001-01

Balanço patrimonial Em 31/12/2022 e 2021 *(em mR$, exceto se indicado de outra forma)*

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	126.825	7.979
Estoque	6	274.492	-
Despesas antecipadas	7	20.546	-
Tributos a recuperar		286	-
Ativo indenizatório de descomissionamento	8	64.102	-
Adiantamentos diversos		8.183	32
Transações com partes relacionadas	9	21.694	-
		516.128	**8.011**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Despesas Antecipadas	7	17.939	-
Ativo indenizatório de descomissionamento	8	71.499	-
Transações com partes relacionadas	9	86.774	-
Ativo diferido	10	22.837	-
		199.049	**-**
Direito de uso	14	702	-
Imobilizado	11	6.091.222	-
Intangível	12	14.163	-
		6.305.136	**-**
Total do ativo		**6.821.264**	**8.011**
Passivo	**Nota**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Circulante			
Fornecedores	13	188.184	-
Transações com partes relacionadas	9	276.931	11
Arrendamentos a pagar	14	80	-
Obrigações sociais e trabalhistas		8.646	-
Tributos a recolher		1.639	-
Valores a pagar por aquisição	15	1.434.868	-
Descomissionamento de poços secos	8	64.102	-
		1.974.450	**11**
Não circulante			
Transações com partes relacionadas	9	2.464.135	-
Arrendamentos a pagar	14	691	-
Provisão para desmantelamento de áreas	16	369.435	-
Descomissionamento de poços secos	8	71.499	-
		2.905.760	**-**
Total do passivo		**4.880.210**	**11**
Patrimônio líquido	17		
Capital social		1.985.901	8.001
Prejuízos acumulados		(44.847)	(1)
		1.941.054	**8.000**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**6.821.264**	**8.011**

Demonstração do resultado em 31/12/2022 e período de 20/04 a 31/12/2021 *(em mR$, exceto se indicado de outra forma)*

	Nota	2022	2021
Despesas operacionais		**(68.530)**	**(1)**
Gerais e administrativas	18	(62.632)	-
Depreciação		(320)	-
Tributos, taxas e contribuições		(2.096)	-
Outras despesas		(3.482)	(1)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(68.530)**	**(1)**
Receitas financeiras		16.805	-
Despesas financeiras		(87.165)	-
Variações cambiais, líquidas		71.207	-
Resultado financeiro	19	**847**	**-**
Resultado antes dos tributos		**(67.683)**	**(1)**
I.R. e C.S. diferidos	10	22.837	-
Prejuízo do exercício / período		**(44.846)**	**(1)**

Demonstração do resultado abrangente em 31/12/2022 e período de 20/04 a 31/12/2021 *(em mR$, exceto se indicado de outra forma)*

	2022	2021
Prejuízo do exercício / período	**(44.846)**	**(1)**
Outros componentes do result. abrangente do exerc. / período	-	-
Total do resultado abrangente do exercício / período	**(44.846)**	**(1)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 e período de 20 de abril a 31/12/2021 *(em mR$, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Em 20/04/2021 (constituição)		1	-	1
Aumento de capital		8.000	-	8.000
Prejuízo do período		-	(1)	(1)
Em 31/12/2021	17	**8.001**	**(1)**	**8.000**
Prejuízo do exercício		-	(44.846)	(44.846)
Aumento de capital		1.977.900	-	1.977.900
Em 31/12/2022	17	**1.985.901**	**(44.847)**	**1.941.054**

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e período de 20/04 a 31/12/2021 *(em mR$, exceto se indicado de outra forma)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**Nota**	**2022**	**2021**
Resultado antes dos tributos		**(67.683)**	**(1)**
Ajustes de			
Depreciação		(320)	-
Variação cambial, líquida	19	71.207	-
Encargos de adiantamento de clientes	19	(5.199)	-
		(1.995)	**(1)**
Despesas antecipadas		(38.485)	-
Adiantamentos diversos		(8.151)	(32)
Transações com partes relacionadas	9	(108.468)	-
Estoque	6	(274.492)	-
Tributos a recuperar		(286)	-
Fornecedores	13	188.184	-
Transações com partes relacionadas	9	2.741.055	11
Arrendamentos	14	771	-
Juros com empréstimos pagos		(42.441)	-
Outros encargos		(23.567)	-
Obrigações sociais e trabalhistas		8.646	-
Tributos a recolher		1.639	-
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais		**2.442.410**	**(22)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos		4.402.397	-
Amortização de empréstimos		(4.402.397)	-
Aumento de capital	17	1.977.900	8.001
Caixa líq. gerado pelas atividades de financiamento		**1.977.900**	**8.001**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado e direito de uso	11	(4.287.301)	-
Aquisição de ativo intangível	12	(14.163)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		**(4.301.464)**	**-**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos		**118.846**	**7.979**
Caixa e equival. de caixa no início do exercício / período		**7.979**	**-**
Caixa e equival. de caixa no fim do exercício / período		**126.825**	**7.979**
Variação de caixa no exercício		**118.846**	**7.979**

Notas explicativas da administração às DFs em 31/12/2022 (em mR$, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Carmo Energy S.A. ("Cia." ou "Carmo Energy") é uma sociedade anônima, constituída em 20/04/2021, atualmente estabelecida na Av. Almirante Barroso, 52, sala 2202, Centro, RJ/RJ – CEP 20.031-000. A Cia. tem como principal objetivo a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural. A Cia. é pertencente ao Grupo Cobra, tendo como controlador final a Vinci S.A. Em 23/12/2021, a Cia. celebrou um contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") para adquirir todas as participações da empresa petrolífera em um conjunto de 11 concessões de campos de produção terrestres, localizados no estado de Sergipe. Essas concessões, que são conhecidas em conjunto como Polo Carmópolis, incluem instalações integradas. A efetivação deste contrato estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições pré-acordadas, que foram satisfeitas ao longo de 2022. O valor da compra é de US$ 1.100.000 (aproximadamente R$ 6 bilhões), sendo (i) US$ 275.000 a título de sinal; (ii) US$ 550.000 no fechamento da transação e (iii) US$ 275.000 12 meses após o fechamento. A celebração do contrato ocorreu em 23/12/2021 e o pagamento do sinal no dia 17/01/2022. A aprovação do CADE ocorreu em 12/01/2022 e a aprovação da ANP ocorreu no dia 06/12/2022. Em dezembro de 2022, a Cia. passou a ter acesso ao Polo Carmópolis para iniciar efetivamente as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. As DFs foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional, de acordo com o CPC 26(R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Em 31/12/2022, a Cia. apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R$ 1.458.322. A Administração entende que a partir dos fluxos de caixa decorrentes de suas operações, irá reverter a situação momentânea de capital circulante negativo. A emissão dessas DFs foi aprovada pela Diretoria da Cia. em 14/07/2023. **2. Base de Preparação:** As DFs foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC e conforme as normas internacionais de relatório financeiro, *Internacional Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das DFs, e somente elas, as quais estão consistentes como as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas DFs estão apresentadas na Nota 4. As DFs foram elaboradas com base no custo histórico, que no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de DFs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício do julgamento por parte da Administração da Cia. no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as DFs, estão divulgadas na Nota 3. **3. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022: Aquisição do Polo Carmópolis:** Em dezembro de 2021 a Cia. adquiriu o Polo Carmópolis da Petrobras, porém reconheceu os seus ativos apenas em 2022 quando a Cia. passou a ter acesso e controle sobre os ativos adquiridos. **Transações com partes relacionadas:** Em 23/12/2022, a Cia. celebrou um contrato de adiantamento de fornecimento de óleo e gás no valor de R$ 2.732.334 com a empresa Julnek S.A. ("Julnek"), que pertence ao mesmo grupo econômico. Conforme os termos do contrato, o pagamento será efetuado por meio da produção de petróleo cru proveniente dos campos e entregue à Julnek dentro de um prazo de até 5 anos.

Jaime Antonio Llopis Juesas - Presidente - CPF: 228.503.708-27; Antonio Plano Campo - Diretor - CPF: 064.222.387.46;
Wellington Soares Santana - Controller / Contador - CRC-RJ104308/O-8.

Relatório do auditor independente sobre as DFs

Aos Administradores e Acionistas Carmo Energy S.A. **Opinião:** Examinamos as DFs da Carmo Energy S.A. ("Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Carmo Energy S.A. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Valores correspondentes ao período anterior:** O exame das DFs do período de 20 de abril a 31/12/2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 6/01/2022, sem ressalvas. **Responsabilidades da administração e da governança pelas DFs:** A administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das DFs. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia.. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs, inclusive as divulgações e se essas DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

RJ, 14/07/2023.

PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5;
Patricio Marques Roche - Contador - CRC 1RJ081115/O-4.

INVERNO: Sol com nuvens e pancadas de chuva à tarde. À noite não chuvo. Manhã Tarde Noite 25° 15° 65% 06:20 17:54

LEVANTAMENTO

Guerra destruiu mais de 1.300 escolas na Ucrânia, diz Unicef

Mais de 1.300 escolas foram totalmente destruídas em áreas controladas pelo governo da Ucrânia desde a invasão russa, em fevereiro de 2022, e outras foram seriamente danificadas, afirmou ontem o Unicef, agência da ONU para a infância.

Os ataques ininterruptos significam que apenas cerca de um terço das crianças em idade escolar está frequentando aulas presenciais e muitas estão esquecendo o que já aprenderam.

Crianças em idade pré-escolar também não estão frequentando centros de ensino. Segundo uma pesquisa nacional, nas regiões de frentes de batalha, três quartos dos pais relataram que não estão enviando seus filhos para as aulas.

Além da Ucrânia, mais de metade das crianças cujas famílias fugiram do conflito para sete países não estão matriculadas no ensino nacional, disse o Unicef, citando barreiras linguísticas e sistemas educativos sobrecarregados pelos conflitos.

Algumas escolas sofreram ataques diretos e outras fecharam por precaução durante 18 meses de ataques com mísseis e artilharia em áreas residenciais em todo o país.

"Dentro da Ucrânia, os ataques às escolas continuaram sem parar, deixando as crianças profundamente angustiadas e sem espaços seguros para aprender", afirmou o Unicef.

A guerra veio na sequência das interrupções causadas pela pandemia de Covid, levando algumas crianças ucranianas a um quarto ano letivo consecutivo com atividades suspensas, até que retornassem às aulas esta semana, após as férias de verão.

"Isso não apenas deixou as crianças ucranianas lutando para progredir em sua educação, mas também lutando para reter o que aprenderam quando as escolas estavam funcionando plenamente", disse Regina De Dominicis, diretora regional do Unicef para a Europa e Ásia Central.

Cerca de metade dos professores ucranianos relatou uma deterioração nas habilidades dos alunos em linguagem, leitura e matemática, segundo a agência da ONU. Além disso, eles perderam a sensação de segurança, a rotina e as amizades que a escola pode proporcionar àqueles que estão enfrentando a guerra.

REPÚDIO AO CENTRÃO

Ministro diz ter apoio de Lula e nega divisão de pasta do Bolsa Família

THIAGO RESENDE, IDIANA TOMAZELLI E CATIA SEABRA/FOLHAPRESS

Na mira dos partidos do centrão, que cobiçam o comando do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, o ministro Wellington Dias disse à Folha de S.Paulo que tem apoio do presidente Lula (PT) para seguir no cargo e que a pasta não será fatiada.

"Eu me sinto apoiado pelo presidente para cumprir as metas que ele estabeleceu com o povo", afirmou Dias.

Lula negocia uma reforma ministerial para selar o embarque de PP e Republicanos no primeiro escalão do governo, na expectativa de consolidar uma base de apoio no Congresso. A escolha dos cargos, no entanto, é alvo de impasse.

O PP, sigla do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), almeja assumir o Ministério do Desenvolvimento Social para dar vazão a emendas parlamentares para obras e compra de equipamentos para os centros de assistência social espalhados pelo país. Mas a pasta é considerada estratégica pelo PT, pois abriga o Bolsa Família, principal vitrine social do governo.

Nos últimos dias, negociadores da reforma ministerial voltaram a falar na possibilidade de fatiar o Desenvolvimento Social, mantendo o Bolsa Família sob o comando de Wellington Dias e cedendo ao centrão as demais áreas --o que incluiria a gestão dos centros de assistência social.

Segundo o ministro, essa ideia já foi descartada pelo próprio Lula.

"Essa decisão ele (Lula) tomou (de não dividir o ministério). Quando se separou o Auxílio Brasil (antecessor do novo Bolsa Família) desses programas sociais, o que aconteceu? Não foi só a pandemia, cresceu a fome, cresceu a pobreza e a extrema pobreza, cresceu a população de rua, enfim, uma situação social grave", afirmou Dias.

"O presidente sabe mais do que ninguém que Bolsa Família é mais que transferência de renda. Mas ele tem que estar integrado. Aqui são 33 programas, porque não é só transferir dinheiro. Cada programa desses tem um impacto, porque a pobreza não é uniforme. São variadas situações", acrescentou.

O ministro sinalizou que as chances de Lula ceder o comando do Desenvolvimento Social para o centrão são baixas. "Eu vou usar aqui uma frase que já ouvi uma vez o presidente Lula dizer: 'o Ministério do Desenvolvimento Social é tão estratégico que, se eu pudesse, eu me nomearia para ele'".

Por outro lado, o ministro reconhece que o governo precisa de ajustes na articulação com o Congresso e abrir espaço na Esplanada para alcançar a estabilidade política.

"O fato é real. A gente elegeu Lula presidente, Geraldo Alckmin vice, mas com minoria na Câmara e no Senado. É normal, na política, o diálogo para a composição de governo, e não é simples. Faz oito meses que a gente assumiu o mandato, depois de uma eleição tensa", afirmou.

VIOLÊNCIA

Tarcísio e Nunes querem turbinar uso de PMs de folga

TULIO KRUSE/FOLHAPRESS

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), e o governador do estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos), planejam um aumento no valor pago a policiais militares para trabalhar durante a folga, um incentivo que visa alcançar a meta de preencher 2.400 vagas na Operação Delegada -programa no qual a gestão municipal paga os PMs pelos turnos trabalhados a mais. O novo valor não foi divulgado -segundo Nunes, o reajuste está em estudo. Os projetos sobre o tema serão enviados pelos dois governos à Câmara Municipal e à Assembleia Legislativa até o final desta semana, ainda de acordo com o prefeito.

O anúncio, feito na manhã de ontem, ocorre num momento em que os bairros da Sé e de Campos Elíseos, no centro da capital, alcançam recorde de roubos de janeiro a julho. Mas não é a primeira vez que a Operação Delegada está no foco. Em março deste ano, a prefeitura já havia anunciado que dobraria o número de vagas para policiais no programa.

A prefeitura não tem conseguido preencher todas as vagas da Operação Delegada. A adesão de policiais ao trabalho, que obriga jornada extra, é voluntária. Segundo Nunes, há cerca de 1.500 vagas ocupadas do total de 2.400 ofertadas neste ano -ou seja, 900 (cerca de 37%) não foram preenchidas. A intenção é que o aumento na remuneração, segundo o governador e o prefeito, sirva como estímulo para que mais PMs trabalhem na folga.

Nunes disse que existe uma meta de chegar a cerca de 2.800 PMs trabalhando na operação. Em nota, a prefeitura esclareceu que essa proposta de criar ainda mais vagas só será implementada quando estiver perto de preencher 100% das vagas atuais. A capital vive uma alta da violência, e o valor pago pela prefeitura no convênio com a Polícia Militar já é o maior dos últimos três anos - em março, a gestão Nunes anunciou R$ 83,5 milhões para a Operação Delegada.

Em um evento que debateu a revitalização do centro de São Paulo nesta terça, Tarcísio levantou a possibilidade de pagar PMs da reserva para fazer o trabalho administrativo nos batalhões. Isso liberaria pessoal da ativa para atuar em operações nas ruas e inclusive reforçar a Operação Delegada, ele disse. "Tudo aquilo que gerar efetivo, que possa gerar segurança, que possa aumentar policiamento ostensivo, será feito", disse o governador. "A gente está tomando todas as medidas, a gente deve ter também a possibilidade de trazer pessoas que estão na reserva com contrato de prestação de tarefa por tempo certo, para que elas possam assumir atividades administrativas dentro das unidades, liberando efetivo da ativa para o trabalho operacional, para o trabalho de rua."

ASSEMBLEIA-GERAL

Lula e Biden podem se encontrar na ONU

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse ontem que quer se encontrar com o seu homólogo americano, Joe Biden, para discutir a possibilidade de mudanças no Conselho de Segurança das Nações Unidas, uma pauta histórica da diplomacia brasileira.

O encontro deve ocorrer à margem da Assembleia-Geral da ONU, entre 19 e 23 de setembro, em Nova York. Há muito o Brasil faz campanha para conseguir uma cadeira no órgão, responsável pela segurança internacional e composto por cinco membros permanentes com direito a veto -Estados Unidos, China, Rússia, Reino Unido e França- e dez rotativos, eleitos para mandatos de dois anos cada um.

Caso se concretize, a conversa acontecerá em um momento de divergências entre os países, a despeito do bom relacionamento entre os dois líderes. Na semana passada, o Brics, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, admitiu mais cinco países: Argentina, Etiópia, Egito, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, e Irã -os três últimos, adversários históricos dos EUA.

Durante a cúpula do bloco, Lula pediu aos representantes das outras nações para apoiarem a entrada de mais países no conselho como membros permanentes. O petista disse que o conselho deve refletir o cenário geopolítico atual, não o da década de 1940, e sugeriu que países como Brasil, Índia, Alemanha, Japão e África do Sul deveriam se tornar membros permanentes.

No último dia 16, Lula e Biden conversaram por telefone durante cerca de 30 minutos. Os políticos falaram sobre combate às mudanças climáticas, proteção da Amazônia e planos conjuntos para promover os direitos dos trabalhadores, segundo o Palácio do Planalto e a Casa Branca.

De acordo com a nota de Brasília, os dois líderes discutiram uma iniciativa conjunta para garantir empregos de qualidade na economia do século 21 □ideia que pretendem apresentar na Assembleia-Geral da ONU.

"É a primeira vez que trato com um presidente interessado nos trabalhadores", disse Lula na ocasião, segundo nota oficial. "Suas políticas e discursos sobre o mundo do trabalho soam como música para os meus ouvidos e certamente juntos poderemos inspirar outros governantes a olhar para as questões dos trabalhadores."

Biden e Lula já tiveram uma reunião em fevereiro, quando o brasileiro foi a Washington pouco depois de tomar posse. Na ocasião, o clima também foi um dos principais itens da pauta. Dois meses depois, em abril, o americano anunciou a intenção de injetar mais US$ 500 milhões no Fundo Amazônia.

No entanto, a relação entre os dois países ficou mais tensa após declarações do petista sobre a Guerra da Ucrânia □a Casa Branca chegou a chamar a postura brasileira de "repetição automática da propaganda russa e chinesa".

SÃO PAULO

STF pede explicação sobre nome de ditador em viaduto

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de cinco dias para o governo de São Paulo e a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) se manifestarem sobre a aprovação da lei que batizou um viaduto em Paraguaçu Paulista, interior do estado, com o nome de Erasmo Dias, ex-secretário de Segurança Pública no período da ditadura militar. Ele morreu em 2010.

A decisão da ministra foi motivada por uma ação protocolada pelo PT, PSOL e PDT para suspender a norma, sancionada em junho deste ano pelo vice-governador, Felipe Ramuth. Na ocasião, o governador Tarcísio de Freitas estava em Portugal, onde participou de um fórum jurídico.

No entendimento dos partidos, a lei viola os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da democracia.

Segundo os partidos, Erasmo Dias comandou "atos de barbárie" durante a ditatura, sendo o principal a invasão da PUC-SP, em 1977, para impedir a realização do Encontro Nacional dos Estudantes, que resultou na prisão de centenas de estudantes.

"Conforme se vê, o indivíduo a quem se dirige a honraria é responsável por uma miríade de violações a direitos fundamentais, um orgulhoso agente da ditadura, praticante confesso de tortura psicológica. É, inclusive, pela atuação vil que teve durante o período que o autor da lei objetada pretende homenageá-lo, numa subversão de valores inadmissível para qualquer Estado Democrático", sustentam os partidos.

O governo de São Paulo afirma que o projeto de lei foi avaliado do ponto de vista técnico e jurídico.

Após receber as informações solicitadas, Cármen Lúcia vai decidir a questão. Não há data para o julgamento.

ATAQUE À DEMOCRACIA

PF intima Zambelli a depor após declarações de hacker

A Polícia Federal intimou a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) a depor sobre as declarações do hacker Walter Delgatti Neto à CPI do 8 de Janeiro. Conhecido pela Vaza Jato, Delgatti disse aos parlamentares que foi convidado por Zambelli para falsificar a invasão de uma urna eletrônica.

Depoimento acontecerá em setembro, disse a defesa da deputada à reportagem.

Hacker contou à CPI que a deputada organizou uma trama para atentar contra o sistema de votação. Ele teria sido procurado pela deputada no ano passado durante a campanha para provar que as urnas poderiam ser fraudadas.

SUPOSTO PLANO

Em 2022, Walter Delgatti Neto teria sido procurado por Carla Zambelli, que intermediou um encontro entre o hacker e Jair Bolsonaro no Palácio da Alvorada. O objetivo da reunião foi, segundo o hacker, para explicar detalhes do sistema das urnas eletrônicas —o então presidente divulgou diversas fake news sobre o sistema eleitoral brasileiro, inclusive em uma reunião com embaixadores, que o tornou inelegível por oito anos após decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Além das urnas, Delgatti também disse que lhe pediram para grampear o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes. A ideia, segundo falou, seria invadir o celular do ministro.

JUSTIÇA

Lula indica advogada do DF para STJ

JOSÉ MARQUES E JULIA CHAIB/FOLHAPRESS

O presidente Lula (PT) assinou ontem a indicação da advogada Daniela Teixeira para a vaga de ministra do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

A informação foi publicada pelo jornal O Globo e confirmada pela Folha de S.Paulo.

Ela era a única mulher na lista de três nomes da advocacia escolhidos pelos ministros do STJ para que Lula fizesse a indicação para ocupar uma das vagas na corte.

Com a indicação de Lula, Daniela ainda deverá passar por aprovação do Senado.

A lista de candidatos da advocacia feita pelo STJ também tinha os nomes de Luiz Cláudio Allemand e Otávio Rodrigues Júnior.

A corte terá um total de 33 ministros. Se Daniela for aprovada pelo Senado, 7 deles serão mulheres.

Além da vaga reservada a nomes da advocacia, uma disputa envolve outras duas, envolvendo desembargadores de tribunais de Justiça estaduais. Nesse caso, foram escolhidos quatro homens pelo STJ para a indicação de dois deles por Lula.

Os dois favoritos são Carlos von Adamek e Elton Leme, ambos do Sudeste, o primeiro de São Paulo e o segundo do Rio de Janeiro. O mineiro José Afrânio Vilela também está na lista quádrupla.

Nota

PESQUISAS NA ARGENTINA INDICAM 2° TURNO ENTRE MILEI E MASSA

Pesquisas eleitorais na Argentina corroboram a tendência de polarização no país e indicam um segundo turno entre o ultraliberal Javier Milei e o peronista Sergio Massa, nome do governo de Alberto Fernández. O cenário se desenha com base em pelo menos cinco levantamentos divulgados nas últimas duas semanas, logo após os argentinos se surpreenderem com o resultado das Paso, as eleições primárias. A votação, que não elege ninguém e serve apenas para definir quais serão os candidatos do primeiro turno, em 22 de outubro, não confirmou as expectativas das pesquisas de opinião e alçou Milei à liderança, com 30% dos votos em uma candidatura única de sua chapa, A Liberdade Avança. Atrás dele veio Massa, escolha de 21,4% dos eleitores, e, em seguida, Patricia Bullrich, com 17% dos votos.

Nota

JARDINEIRO SUMIDO É ENCONTRADO MORTO EM CASA NA ZONA SUL

Um jardineiro de 54 anos que estava desaparecido há dois dias foi encontrado morto dentro de uma casa na rua Joaquim Nabuco, no Brooklin, zona sul de São Paulo, na noite de segunda-feira passada. Ele tomava conta do imóvel. Policiais militares que estiveram na residência apontaram no boletim de ocorrência que o cômodo em que o corpo foi localizado tinha sinais de luta corporal, indicando que o homem possa ter sido assassinado.